

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte Jornal de Brasília Class.: Waiãpi 64

Data 17/09/93 Pg.: _____

Documento denuncia garimpo financiado pela CEE

A Comunidade Econômica Europeia (CEE) financia desde 1987 a exploração de ouro na área indígena de Waiãpi, no Amapá, projeto que é acompanhado pela Fundação Nacional do Índio (Funai). Ontem, na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Câmara que investiga o contrabando de minérios em áreas indígenas, o presidente da Funai, Dinarte de Madeiro, garantiu que mandará investigar a participação da CEE no garimpo na aldeia Waiãpi. O ouro extraído é vendido no estado e o dinheiro é utilizado pelos índios para compra de munição.

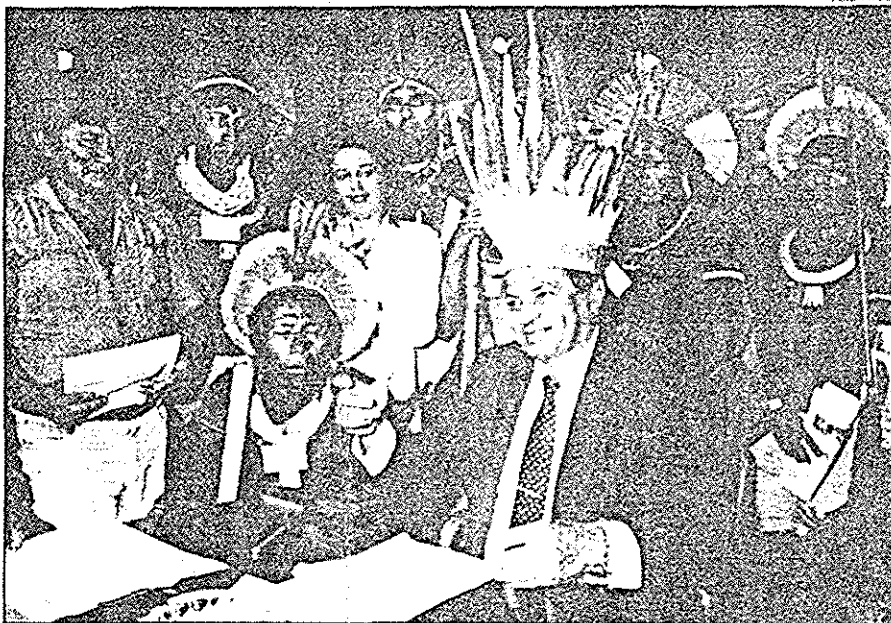
Um documento preparado por Dominique Gallois, responsável pela Funai em Macapá, e entregue aos parlamentares, revela a ação da CEE na área indígena de Waiãpi. A extração do ouro está incluída no projeto "Recuperação de áreas degradadas: controle territorial Waiãpi e diversificação do extrativismo vegetal e mineral". O documento afirma que 14 famílias indígenas se dedicam a extração manual de ouro sem a utilização de mercúrio. "Todo o processo é incentivado por nós

e acompanhado por trabalho conjunto da administração em Macapá e o Centro de Trabalho Indigenista (CTI), de São Paulo", informa o relatório.

Em Macapá, um funcionário da Funai afirmou que a participação da CEE no garimpo é para "assessorar" os índios, orientando-os para que a exploração do minério não prejudique o meio ambiente.

Dominique garante no documento que não há invasão de garimpeiros na aldeia de Waiãpi. O documento denuncia ainda a existência ilegal de uma pista de pouso de pequenos aviões no Parque Indígena de Tumucumaque, no Macapá.

De acordo com a denúncia, destacada pelo deputado Eraldo Trindade (PPR-AP), relator da CPI, a pista fica na área denominada de "Pedra da Onça", no rio Paru de Leste e foi construída por garimpeiros do Suriname. "A Força Aérea Brasileira fotografou a pista e necessitamos de recursos e de aeronaves da Funai para retirar os garimpeiros da área", diz o documento.



Os índios tentaram agradecer Inocêncio de Oliveira, doando-lhe um cocar e, à tarde, foram ao...

'Vocês estão matando meu povo'

Num irado discurso feito ontem, no auditório Nereu Ramos, na Câmara dos Deputados, o cacique Raoni gritou para os parlamentares presentes que "a vida de vocês é muito complicada, é muito ruim e vocês estão matando meu povo". Depois, saiu reclamando: "Branco tá pensando que índio é burro".

O discurso de Raoni foi o final de uma peregrinação pela Câmara dos Deputados que durou toda a manhã, na tentativa de conseguir, junto com cerca de 300 índios de 70 tribos, a garantia de que seus direitos serão mantidos na revisão constitucional.

"Coroados" com um cocar de penas de arara e cercado de índios por todos os lados, o presidente da Câmara, Inocêncio Oliveira, garantiu que a revisão constitucional, se realmente acontecer, não mexerá nos seus direitos, assegurados pela Constituição de 1988.

"Senhores caciques, fiquem

tranquilos que a casa do povo estará atenta a todos os problemas do povo brasileiro", afirmou Inocêncio, depois de receber das mãos do líder Macuxi, Valdir Tobias, a cópia de um documento repudiando a revisão constitucional e pedindo aceleração da demarcação das terras indígenas. No documento, exigem ainda o cumprimento do artigo 67 das Disposições Transitórias, que fixa a data de 5 de outubro para conclusão da demarcação de suas terras.

O deputado Inocêncio Oliveira não levou mais que dois segundos para livrar-se do incômodo cocar de penas de arara — dizem que dá azar e leva à derrota eleitoral dos políticos que o usam.

Os chefes indígenas reuniram-se no auditório Nereu Ramos, onde receberam com restrições o novo presidente da Funai, Dinarte Madeiro.



... Palácio do Planalto, onde entregaram a Maurício Corrêa pedido para demarcar suas terras

Índios são impedidos de entrar no Palácio

À tarde, os quase 300 índios, representantes de 70 tribos, foram ao Palácio do Planalto tentar falar com o presidente Itamar Franco, também para pedir o cumprimento da Constituição, que determina a demarcação de todas as áreas indígenas até 5 de outubro. Primeiro foram impedidos de entrar no Palácio, mas acabaram sendo recebidos pelo ministro da Justiça, Maurício Corrêa, a pedido do Presidente. Eles foram informados da impossibilidade do Governo de demarcar as áreas, por causa da falta de recursos financeiros e humanos.

As lideranças indígenas entregaram ao ministro dez pastas com 118 mil assinaturas de índios da região amazônica — pedindo a demarcação —, que deveriam ser entregues a Itamar. Maurício Corrêa informou que o Governo não tem como demarcar as reservas.

Ricúpero toma posse e defende demarcação

O novo ministro do Meio Ambiente e da Amazônia Legal, embaixador Rubens Ricúpero, defendeu ontem a retirada dos garimpeiros da área Yanomani e a conclusão da demarcação da reserva de 9,4 milhões de hectares. O ministro tomou posse pela manhã no Palácio do Planalto e na solenidade de transmissão do cargo, à tarde, no ministério, reafirmou que pretende reforçar a presença militar na região amazônica.

Da solenidade participaram os ministros do Trabalho, Walter Barreli; da Ciência e Tecnologia, José Brael Vargas; além de parlamentares, diplomatas e representantes das Organizações Não-Governamentais e o líder David Yanomami. "O Governo precisa cumprir a lei que manda retirar os garimpeiros", garantiu o ministro, lembrando que há um prazo para concluir as demarcações que não poderá ser cumprido.